

Lei 551/2023

**Ementa:** Disciplina o Pagamento por Desempenho da Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde (APS) de acordo com a Portaria GM/MS nº 960, de 17 de julho de 2023 e dá outras providências

O **Prefeito do Município de Iguaracy, Estado de Pernambuco**, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu **SANCIONO** o seguinte Ato Normativo:

**Art. 1º** - Fica instituído incentivo financeiro por desempenho da saúde bucal a servidores das equipes de saúde bucal da Atenção Primária, vinculadas a Estratégia de Saúde da Família da Secretaria Municipal da Saúde com base na Portaria GM/MS nº 960 de 17 de julho de 2023.

**Art. 2º** - O incentivo financeiro por desempenho será transferido mensalmente, fundo a fundo, pelo Ministério da Saúde ao Município de Iguaracy, o qual será a partir do cumprimento de metas para cada um dos indicadores estabelecidos conforme Portaria GM/MS nº 960 de 17 julho de 2023.

**Art. 3º** - A apuração dos indicadores será realizada pelo Ministério da Saúde quadrimestralmente (janeiro-abril, maio-agosto, setembro-dezembro) bem como a definição do valor do incentivo financeiro a ser repassado as equipes com base nos indicadores do pagamento por desempenho a serem alcançados.

**Parágrafo Único:** O pagamento por desempenho de que trata essa seção será aplicado as equipes de saúde bucal – ESB modalidade I, de 40 (quarenta) h/semanais, vinculadas as Equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF e financiadas pelo Ministério da Saúde com objetivos:

I – Estimular a participação dos servidores das Equipes de Saúde Bucal da Secretaria da Saúde no processo contínuo e progressivo de melhoria dos padrões e indicadores de acesso e de qualidade dos serviços de saúde, o processo de trabalho e os resultados dos indicadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

II – Institucionalizar a avaliação e o monitoramento de indicadores nos serviços para subsidiar a definição de prioridades e programação de ações para melhoria da qualidade dos serviços de saúde.



Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e a participação da comunidade na gestão do sistema de saúde municipal.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde será formado por representantes de todos os setores da sociedade civil, incluindo a comunidade acadêmica, os profissionais de saúde, os usuários e os representantes do Poder Público Municipal.

Art. 3º - A composição dos integrantes será definida pelo Poder Executivo Municipal, observando-se a paridade entre os representantes da comunidade e os representantes do Poder Público Municipal.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Saúde terá como atribuições: I - acompanhar a execução das políticas públicas de saúde; II - emitir pareceres e recomendações sobre questões relacionadas à saúde pública; III - promover a participação da comunidade na gestão do sistema de saúde municipal.

Art. 5º - A atuação dos integrantes será regida pelo Regulamento Interno do Conselho Municipal de Saúde, aprovado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Saúde será instalado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta Lei, e terá sede no mesmo endereço onde se encontra o Poder Executivo Municipal.

Art. 7º - A composição dos integrantes do Conselho Municipal de Saúde será definida pelo Poder Executivo Municipal, observando-se a paridade entre os representantes da comunidade e os representantes do Poder Público Municipal.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Saúde terá como atribuições: I - acompanhar a execução das políticas públicas de saúde; II - emitir pareceres e recomendações sobre questões relacionadas à saúde pública; III - promover a participação da comunidade na gestão do sistema de saúde municipal.

LEI Nº 1.233/2012  
GABINETE DO PREFEITO  
MUNICÍPIO DE IGUAÇU

III - Incentivar financeiramente o bom desempenho de servidores e equipes, estimulando-os na busca de melhores resultados para a qualidade de vida da população.

IV - Garantir transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas a atenção à saúde, permitindo-se o contínuo acompanhamento de suas ações e resultados pela sociedade.

**Art. 4º** - Do valor total referente ao "Incentivo Financeiro por Desempenho" repassado as equipes de Saúde Bucal do Município de Iguaçu pelo Ministério da Saúde, será dividido de acordo com a tabela a seguir:

Gestão	Auxiliar/Técnico Bucal	Odontólogo/Cirurgião Dentista
50%	20%	30%

**Parágrafo Único:** Ao final da avaliação do ciclo anual, será devido pagamento adicional ao município no mês subsequente ao último quadrimestre, a ser destinado aos trabalhadores de acordo com a média alcançada por ESB dos últimos três quadrimestres, para este fim, o cálculo do primeiro ano, será considerada a média dos dois últimos quadrimestres.

**Art. 5º** - O pagamento dos valores aos servidores estará condicionado ao repasse do Incentivo de Saúde bucal financeiro por Desempenho do Ministério da Saúde de acordo com cada indicador alcançado pelas equipes de saúde bucal.

**Art. 6º** - Farão jus ao incentivo financeiro por desempenho os servidores listados no Anexo I e que cumprirem os critérios estabelecidos nesta lei.

**Art. 7º** - Para definição do valor do incentivo a ser pago a cada servidor será realizado o seguinte cálculo: o valor total a ser repassado aos servidores, dividido no percentual de 20% (vinte por cento) para Auxiliar/Técnico Bucal e 30% (trinta por cento) para Odontólogo/Cirurgião Dentista.

**Parágrafo Único** - O valor que ficará para a gestão deverá ser utilizado para o custeio de materiais odontológicos.

**Art. 8º** - Não terá direito ao repasse mensal do incentivo financeiro o servidor em gozo de licença prêmio, licença para tratamento de saúde e outras licenças.

§ 1º Os valores descontados pelos motivos mencionados no caput, irão para a Gestão.



III - Incluir, prioritariamente, o bom desempenho de serviços e equities, restringindo as na áreas de melhores resultados para a prestação de serviços.

IV - Garantir transparência e eficiência na prestação dos serviços governamentais, favorecendo a prestação de serviços de qualidade e a melhoria dos serviços prestados.

Art. 4º - O valor total referente ao pagamento mensal por Despesa com Serviços, expressado em reais, após o mês de maio do exercício de Iguaçu para o Município de São Paulo, será dividido de acordo com a tabela a seguir:

Descrição	Porcentagem
Outros Serviços	30%
Auxílio Técnico Fiscal	30%
Outros Serviços	30%
Outros Serviços	30%

Parágrafo Único - No final de cada mês, o valor total pago pelo Município de São Paulo ao Município de Iguaçu, será dividido de acordo com a tabela a seguir, sendo que o valor pago pelo Município de Iguaçu ao Município de São Paulo, será dividido de acordo com a tabela a seguir.

Art. 5º - O pagamento dos valores dos serviços e equities, será dividido de acordo com a tabela a seguir, sendo que o valor pago pelo Município de Iguaçu ao Município de São Paulo, será dividido de acordo com a tabela a seguir.

Art. 6º - Faltando no mês de pagamento os valores devidos pelo Município de São Paulo ao Município de Iguaçu, o Município de São Paulo deverá pagar ao Município de Iguaçu, o valor devido, acrescido de multa e juros.

Art. 7º - Faltando no mês de pagamento o valor do incentivo a ser pago pelo Município de São Paulo ao Município de Iguaçu, o Município de São Paulo deverá pagar ao Município de Iguaçu, o valor devido, acrescido de multa e juros.

Parágrafo Único - O valor que ficar para a cidade de São Paulo será utilizado para o custeio de despesas de natureza administrativa.

Art. 8º - Não será devido ao Município de Iguaçu, o valor devido pelo Município de São Paulo, em caso de não pagamento, desde que o Município de São Paulo tenha pago o valor devido ao Município de Iguaçu, no mês de pagamento.

1º - Os valores devidos pelo Município de São Paulo ao Município de Iguaçu, serão pagos em duas parcelas, sendo que a primeira parcela será paga no mês de maio e a segunda parcela será paga no mês de junho.

§ 2º Considera-se apto a receber o incentivo, o servidor das equipes de saúde bucal da Estratégia de Saúde da Família da Atenção Primária, que atender aos requisitos estabelecidos nesta Lei.

**Art. 9º** - O incentivo financeiro passa a vigorar a partir do mês de julho de 2023 e será reavaliado pelo Poder Executivo a cada 12 meses, podendo sofrer alterações nas percentagens relativas às equipes e a isonomia.

**Parágrafo Único:** Para o registro correto de informações relacionadas aos Indicadores de Pagamento por Desempenho de Saúde Bucal na Atenção Primária e para o alcance das metas de cada indicador de acordo com as metas e parâmetros estabelecidos pelo próprio Ministério.

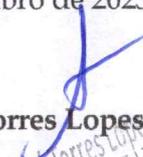
**Art. 10** - Para apuração das metas alcançadas pelos servidores serão utilizados dados de produção registrados nos sistemas de informação das Unidades de Saúde e relatórios de produção.

**Art. 11** - O Incentivo financeiro por desempenho em nenhuma hipótese será incorporado ao salário do servidor, sendo a sua natureza exclusivamente indenizatória, ficando condicionado aos repasses dos Governo Federal e a vigência da Portaria GM/MS nº 960 de 17.07.2023.

**Parágrafo Único:** O valor do incentivo referido nesta lei será repassado em folha com rubrica específica e depósito em conta bancária do servidor.

**Art. 12** - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01 de julho de 2023.

Gabinete do Prefeito, 23 de novembro de 2023.

  
**José Torres Lopes Filho**  
Prefeito

CPF 451.387.344-91



Art. 2º - Considera-se aqui o recenseamento realizado em 2022, a partir dos dados da base de dados do IBGE, para a elaboração do Plano Diretor Municipal, que servirá de base para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Art. 3º - O recenseamento realizado passa a vigorar a partir da publicação desta Lei, sendo que o recenseamento realizado em 2022, para a elaboração do Plano Diretor Municipal, será considerado o recenseamento realizado em 2022.

Parágrafo Único - Para o registro dos dados de informações cadastrais dos habitantes do Município, o Poder Executivo Municipal deverá providenciar a atualização dos dados cadastrais dos habitantes do Município, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 10 - Para atualização dos dados cadastrais dos habitantes do Município, o Poder Executivo Municipal deverá providenciar a atualização dos dados cadastrais dos habitantes do Município, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 11 - O recenseamento realizado em 2022, para a elaboração do Plano Diretor Municipal, será considerado o recenseamento realizado em 2022, para a elaboração do Plano Diretor Municipal, em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Único - O valor do imposto de renda dos habitantes do Município, para a elaboração do Plano Diretor Municipal, será considerado o valor do imposto de renda dos habitantes do Município, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, com exceção das disposições transitórias a serem estabelecidas em legislação complementar.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2022.

Jose Torres, Prefeito

Anexo I

Do Projeto de Lei nº \_\_\_\_/2023

Das Categorias

Categorias Beneficiadas
- 50% (cinquenta por cento) Gestão
- 20% (vinte por cento) profissionais
- Auxiliar/Técnico em Saúde Bucal
- 30% (trinta por cento) profissionais
- Odontólogo/Cirurgião Dentista

Gabinete do Prefeito, 23 de novembro de 2023.

  
José Torres Lopes Filho

Prefeito

José Torres Lopes Filho  
PREFEITO  
CPF 457.337.344-91



Assunto:

Do Prejuízo de Est. n.º 2023

Das Categorias

Categorias Beneficiárias
- 07 - (serviços por conta) Gestões
- 08 - (serviços por conta) Profissionais
- 09 - (serviços por conta) em geral
- 10 - (serviços por conta) Profissionais
- 11 - (serviços por conta) Dentistas

Calendário Prejuízo 23 no âmbito da DPA

Jose Torres

Assessor

Anexo II

Do Projeto de Lei nº \_\_\_/2023

**Indicadores**

<b>Ações Estratégicas</b>	<b>Indicador</b>
eSB Modalidade I.1	Cobertura de primeira consulta odontológica programada;
eSB Modalidade I.2	Razão entre tratamentos concluídos e primeiras consultas odontológicas programadas;
eSB Modalidade I.3	Proporção de exodontias em relação ao total de procedimentos preventivos e curativos realizados;
eSB Modalidade I.4	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado na APS em relação ao total de gestantes;
eSB Modalidade I.5	Proporção de pessoas beneficiadas em ação coletiva de escovação dental supervisionada em relação ao total de pessoas cadastradas na eSB;
eSB Modalidade I.6	Proporção de crianças beneficiárias do Bolsa Família com atendimento odontológico realizado na APS em relação ao total de crianças beneficiárias do Bolsa Família;
eSB Modalidade I.7	Proporção de atendimentos individuais pela eSB em relação ao total de atendimentos odontológicos.

<b>Ações Ampliados</b>	<b>Indicador</b>
eSB Modalidade I.1	Proporção de procedimentos odontológicos individuais preventivos em relação ao total de procedimentos odontológicos individuais;
eSB Modalidade I.2	Proporção de tratamentos restaurados atraumáticos - ART em relação ao total de tratamentos restauradores;
eSB Modalidade I.3	Proporção de atendimentos domiciliares realizados pela eSB em relação ao total de atendimentos odontológicos individuais;
eSB Modalidade I.4	Proporção de agendamentos pela eSB em até 72 (setenta e duas) horas;
eSB Modalidade I.5	Satisfação da pessoa atendida pela eSB.

- Valor de cada indicador das ações estratégicas é de R\$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais) e o valor das ações ampliadas R\$ 246,00 (duzentos e quarenta e seis reais).

Gabinete do Prefeito, 23 de novembro de 2023.

  
**José Torres Lopes Filho**  
Prefeito

